

# CNPq recomenda tratamento de esgoto

— Enquanto não se fizer um tratamento terciário dos esgotos que chegam ao Lago Paranoá e um manejo adequado dos lodos já depositados no fundo do Lago, corre-se o risco de um desequilíbrio ecológico.

A proposta está contida no documento entregue ontem, pelo presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Roberto Santos, ao governador José Aparecido, e que contém os resultados obtidos pela comissão fornecida pelo governador para reavaliar o projeto da Companhia de Água e Esgotos de Brasília para promover a despoluição do Lago Paranoá.

Segundo os estudos efetuados pela comissão, o atual estágio de poluição do Lago Paranoá exige do GDF providências urgentes para a sua efetiva recuperação. De acordo com a comissão, o programa de recuperação do Lago Paranoá não se limita ao tratamento dos esgotos sanitários da bacia, a níveis

adequados, mas também o planejamento da ocupação e uso do solo de forma a promover a melhoria da qualidade das águas dos tributários formadores do lago.

Ainda de acordo com os levantamentos efetuados, os resíduos líquidos oriundos da população urbana e das atividades agrícolas (esgotos sanitários domésticos e industriais, águas pluviais, escoamento superficial e outros materiais poluentes) lançados nos córregos da bacia vão chegar inevitavelmente ao Lago Paranoá, agravando gradativamente a poluição. Também a quantidade de fósforos que chegam ao Paranoá tem acelerado o processo de eutrofização e aplicação crescente do sulfato de cobre poderá trazer inconvenientes.

Diz o documento que somente com uma política de descentralização do tratamento de esgotos da bacia, através do tratamento terciário com o uso de produtos químicos ou pelo tratamento com lançamento do

afluente no solo, será possível recuperar o Lago Paranoá. A comissão sugeriu que esse tratamento descentralizado seja feito com a adoção dos métodos tradicionais ou alternativos.

Ainda para recuperação do Lago, segundo o presidente do CNPq, Roberto Santos, a comissão sugeriu que, quando não for possível a descentralização, os afluentes sejam despejados nas estações de tratamento, cuja ampliação prevê essa contribuição. Recomenda ainda que, no caso dos núcleos populacionais do Guará, Lago Norte e Sul, Núcleo Bandierante, SIA, Área Octogonal, Cruzeiro Novo e Velho e Região de Cavalaria, seja estudada a possibilidade de um tratamento descentralizado que considere outras soluções tecnológicas.

Segundo Roberto Santos, o documento recomenda também que sejam desenvolvidos estudos de viabilidade que permitam a tomada de decisão, quanto à política de descentralização do tratamento de efluentes, num prazo máximo de 180 dias.